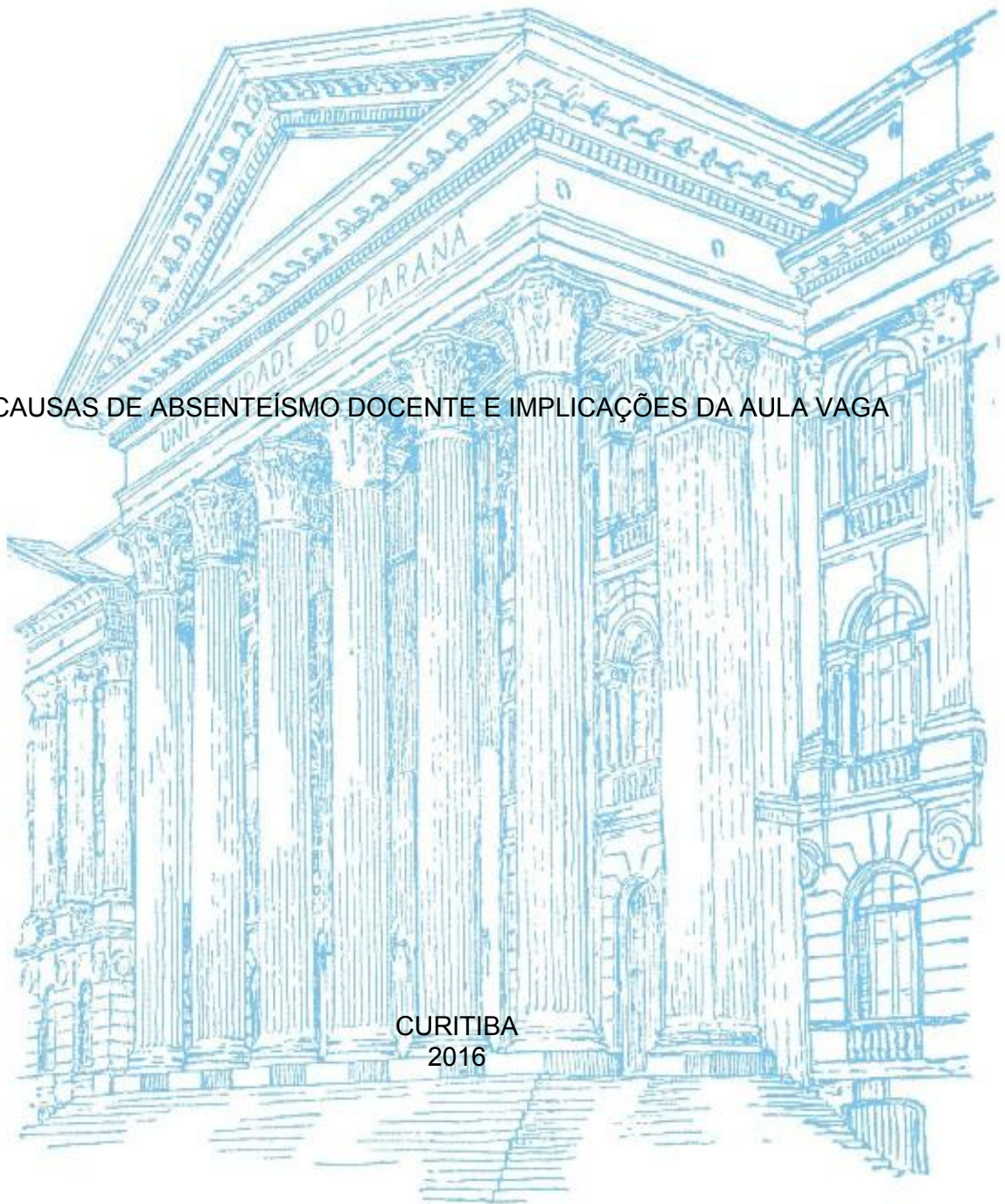


UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

ALDENISIA BENTO DE FREITAS GIOVANNI

CAUSAS DE ABSENTEÍSMO DOCENTE E IMPLICAÇÕES DA AULA VAGA



CURITIBA
2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

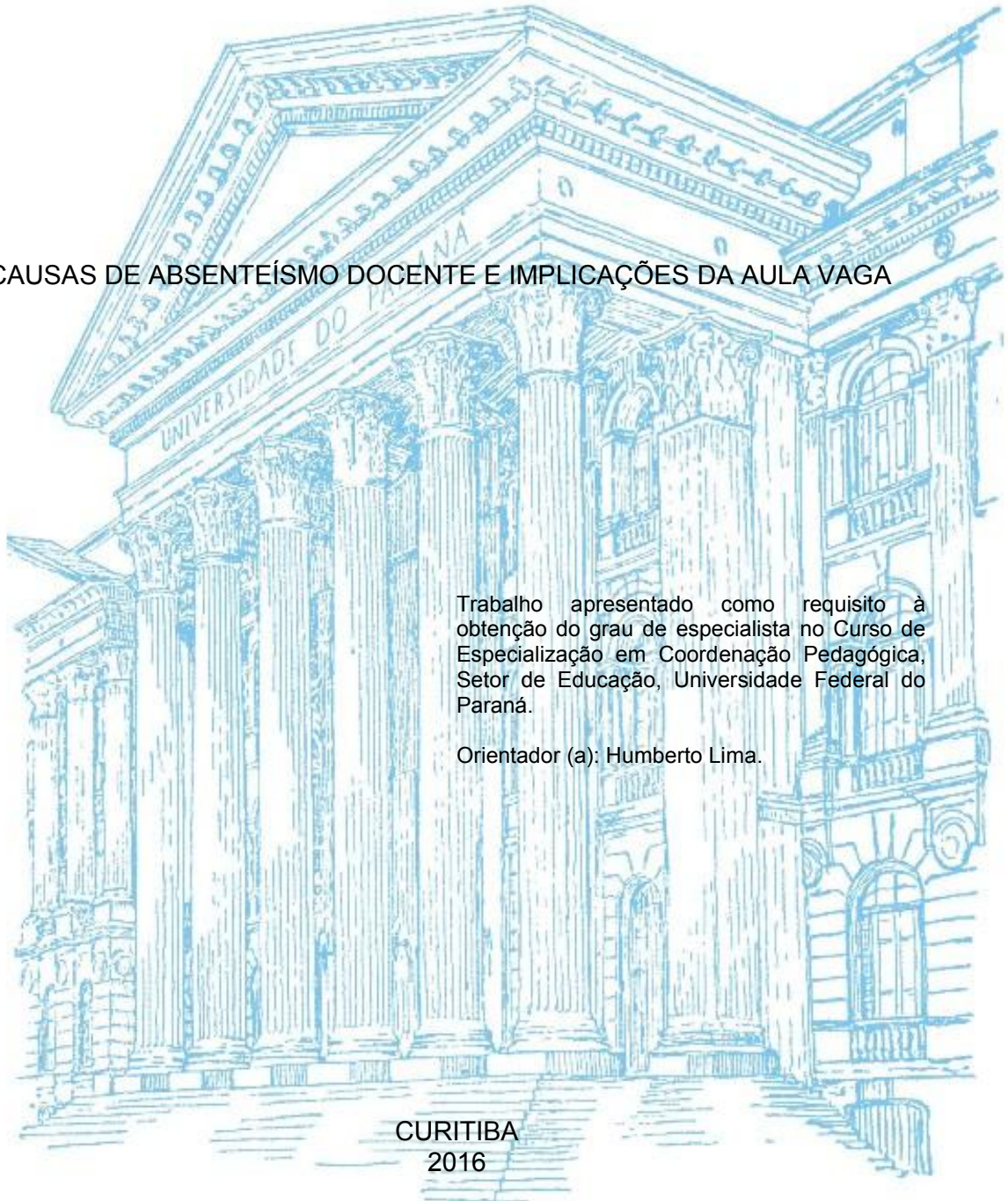
ALDENISIA BENTO DE FREITAS GIOVANNI

CAUSAS DE ABSENTEÍSMO DOCENTE E IMPLICAÇÕES DA AULA VAGA

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientador (a): Humberto Lima.

CURITIBA
2016



CAUSAS DE ABSENTEÍSMO DOCENTE E IMPLICAÇÕES DA AULA VAGA

ALDENISIA BENTO DE FREITAS GIOVANNI*

RESUMO

A aula vaga constitui um problema recorrente no contexto escolar. Embora o direito a educação esteja devidamente estabelecido constitucionalmente como dever do Estado e da família, o aluno tem este direito negligenciado quando da falta de professor por problema de saúde, respaldado por atestado médico. A legislação trabalhista em vigor pressupõe a falta do professor quando com problema de saúde seu e/ou para acompanhamento de familiar adoentado, sem prejuízo dos vencimentos, no entanto, a escola pública não tem em seu contingente, professores substitutos para atendimento do aluno quando o período do afastamento do professor regente não ultrapassar três dias, deste modo, caberá aos professores presentes na escola – professores, equipe diretiva e pedagógica, substituir o professor faltoso, independente se tem ou não disponibilidade para tal. O estudo objetivou identificar as implicações da aula vaga para o aluno e para a escola e classificar de acordo com o CID 10, as principais patologias que afastam os professores da sala de aula de uma escola da região noroeste do estado do Paraná, no período letivo do ano de 2015 a julho de 2016. Para o alcance dos objetivos foi desenvolvido uma pesquisa bibliográfica identificando as implicações da aula vaga no contexto escolar e as principais doenças que afastam os professores das salas de aulas nos estados brasileiros e pesquisa documental a partir dos atestados médicos apresentados pelos professores e funcionários da escola objeto de estudo. Conclui-se que os problemas de saúde que mais afastam os professores de sala de aula são aqueles que exigem menores quantidades de dias de afastamento, os problemas estão relacionados aos transtornos mentais e comportamentais, os ósteos musculares, gastrointestinais. Nem todos os determinantes do absenteísmo estão relacionados diretamente à escola, diversos estressores externos à escola contribuem para tal, dentre eles, os problemas com pessoa da família, problemas na família e, em atendimento a solicitações da própria profissão como participação em eventos de formação, dentre outros. A escola deverá se articular para o atendimento do aluno, minimizando os prejuízos da aula vaga, efetivando assim a garantia à educação de qualidade.

Palavras-chave: aula vaga, saúde do professor, absenteísmo docente.

*

Artigo produzido pela aluna Aldenisia Bento de Freitas Giovanni do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na modalidade EaD, pela Universidade Federal do Paraná, sob orientação do professor Humberto Lima. E-mail: aldenisiagiovanni@gmail.com.

1. Introdução

De acordo com o Artigo 205 da Constituição Federal de 1988, a educação é um direito de todos, dever do Estado e da família, devendo ser efetivado no contexto escolar especialmente. Também a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN/1996), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), as Constituições dos estados federados e leis orgânicas dos municípios ordenam sobre o direito à educação.

A garantia se pauta na obrigatoriedade dos pais em matricular seus filhos numa escola e, a escola obriga-se a efetivar a lei, subsidiada pelo Estado. O gestor escolar e a equipe pedagógica cuidarão para que se efetive na prática o direito à educação da criança e do adolescente, mesmo quando o professor regente se ausentar por problema de saúde ou outro.

A aula vaga motivada por problema de saúde constitui uma constante no contexto escolar, prejudicando o aprendizado dos alunos pela descontinuidade dos conteúdos, improvisação e desestímulo por parte dos mesmos, os quais percebem a fragmentação do processo ensino aprendizagem, especialmente para alunos da primeira fase do ensino fundamental, para os quais o ritmo e seguimento do processo são fundamentais.

O estudo teve como objetivo identificar quais as principais patologias que afastam os professores da sala de aula e descrever as implicações da aula vaga para os alunos, para a escola e para os professores presentes na escola quando a aula vaga acontece.

O direito à educação está devidamente normatizado nos documentos oficiais. Na prática, observa-se que há um esforço das escolas através dos gestores em cumprir seu papel socialmente estabelecido – transmissão do conhecimento historicamente produzido pela humanidade e a formação do cidadão crítico, reflexivo, agente de transformação social, porém, no contexto escolar inúmeros fatores contribuem desfavoravelmente para que a educação se efetive de fato.

Considerando que a escola é uma instituição onde o processo ensino aprendizagem acontece de fato, e que este requer a presença e existência de um aluno que aprende e de um professor ou tutor que ensina, acredita-se que o professor assume destarte, o controle do processo, o qual deve estar

devidamente norteado pelo Plano de Trabalho Docente (PTD), respaldado legalmente pelo Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola, ambos em conformidade com as Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN/9394/96).

É fato que a aula vaga causa transtornos no ambiente escolar, para os alunos, para os professores e para a equipe pedagógica e gestora, enfim para todo o coletivo escolar. Sem deixar de levar em conta o fato de que, embora a gestão escolar, em especial a equipe pedagógica, atenda as turmas do professor faltante, é o professor regente da turma que é capaz de desenvolver um trabalho integralizado, sistematizado e coerente com as necessidades educacionais da turma.

Neste sentido, o trabalho tem como objetivo, conhecer os determinantes de absenteísmo do professor da escola pública, fazer um estudo da legislação trabalhista que respalda as faltas e licenças médicas dos professores, bem como, conhecer as implicações das faltas para o processo ensino aprendizagem dos alunos da escola pública.

O estudo está subdividido em tópicos para organização do raciocínio, tornando-o didático e facilitando a compreensão do percurso seguido pelo pesquisador.

I. Contextualização da profissão do professor ao longo da história.

II. A educação escolar e a escola pública.

III. Leis trabalhistas e saúde do professor.

IV. Caracterização do Colégio no qual a pesquisa foi realizada.

V. Determinantes de absenteísmo: um estudo necessário.

VI. Implicações do absenteísmo docente no processo ensino aprendizagem do aluno.

03. Discussão dos resultados da pesquisa.

04. Considerações finais.

05. Referências

2. Revisão de literatura

O estudo utilizou uma abordagem qualitativa, com subsídios quantitativos, para tanto foi realizado um estudo exploratório, pesquisa bibliográfica, documental, coleta e análise de dados.

I. Contextualização da profissão do professor ao longo da história

A gênese da docência como profissão teve marco com a institucionalização da educação escolar a partir da segunda metade do século XVIII, marcadamente pela responsabilização do Estado pela escolarização das crianças, cenário de homogeneização e unificação do ensino que até então era ministrado por religiosos. Dentre as medidas utilizadas pelo Estado para a seleção dos profissionais da educação, foi o estabelecimento da necessidade de obtenção da licença profissional, obrigatória para o exercício da atividade docente, uma espécie de suporte legal, contribuindo para a delimitação de um campo social de ensino e conseqüente monopolização de um grupo – os professores (PONTES E FIRMINO, 2011).

A escolha pela profissão de professor muitas vezes está atrelada às experiências significativas e positivas vivenciadas ao longo da vida. Outra possibilidade é estar com criança e poder contribuir com a formação holística do cidadão. Disso decorre que o profissional tem a vocação para tal. Vocação compreendida etimologicamente enquanto “chamado” para tal, ligado à idéia de chamado de Deus – dom. Essa compreensão remete ao pensamento de doação, servidão, o que muitas vezes interfere na consolidação da profissão enquanto trabalho remunerado, meio de subsistência, atividade profissional regida por leis, com direitos e deveres (PONTES E FIRMINO, 2011).

Algumas características comuns são identificadas nos profissionais que se dedicam à docência, como amor e dedicação pelo trabalho e pelas crianças, envolvimento emocional e afetividade pela natureza do trabalho realizado – ação educativa, trabalhar na perspectiva da inclusão dos sujeitos e aprendizagem significativa (TAVARES ET AL, 2009; PONTES E FIRMINO, 2011). Características que nos remete a Paulo Freire (1994) quando afirma que a educação é um ato de amor e coragem e, ainda, ao propor a educação problematizadora com significado para o educando real.

A profissão de professor foi ao longo da história da humanidade assumindo diferentes papéis em atendimento às diferentes necessidades educacionais da população de acordo com cada momento histórico. Considerando que a ação docente se dá sob conjunturas econômicas, políticas e sociais dominantes, faz-se necessário perseguir a profissionalidade docente, compreendida como “o conjunto de comportamentos, conhecimentos,

destrezas, atitudes e valores que constituem a especificidade de ser professor” conforme salienta Gimeno Sacristán (1999, p. 65) apud (PONTES E FIRMINO, 2011, p. 9).

Este profissional contextualizado, detentor desse cabedal indispensável à profissão, enfrenta inúmeros desafios na contemporaneidade, uma vez que assume um papel social e político na preparação da força necessária ao desenvolvimento econômico da nação.

Enquanto formador das opiniões e preparação para a cidadania e trabalho, o professor trabalha na adversidade, sob condições estressantes, vínculos empregatícios lábeis, precarização das condições de trabalho, salários, prestígio e insatisfação com o ofício. Isso torna-se evidente na desmotivação para o trabalho, altos índices de absenteísmo, somados aos problemas de saúde de ordem psicoemocionais relacionadas ou não aos determinantes educacionais.

Haja vista a desmotivação para a docência apresentada pelo estudo da Fundação Carlos Chagas (FCC) apresentado por Ratier e Salla (2010) na Revista Nova Escola (Edição 229, jan.-fev. 2010) no qual mostra que apenas 2% dos jovens concluintes do ensino médio de dezoito escolas, pretendem cursar vestibular para cursos relacionados à docência, como pedagogia e ou alguma licenciatura. Os alunos entrevistados afirmaram que a profissão é desvalorizada socialmente, mal remunerada e com rotina diária estressante e desgastante. O estudo estimou um déficit de 710 mil professores nas séries finais do ensino fundamental e médio no país.

Os avanços tecnológicos e a globalização do capital provocaram transformações no mundo do trabalho, em especial no papel da educação, da escola e conseqüentemente do professor.

Quando da constituição da profissão, acreditava-se teoricamente que era uma profissão de status, devido à necessidade de formar a massa produtiva do país, no entanto, observou-se que na prática houve a desqualificação profissional, uma vez que a atividade profissional se desenvolve em instituições públicas e ou privadas, condicionando a autonomia profissional, num vertiginoso cenário de recorrentes rebaixamentos de salários, de direitos trabalhistas e de acesso aos bens materiais e culturais (PONTES E FIRMINO, 2011).

Diferentes autores (PONTES E FIRMINO, 2011; DIAS, 2012, ZANARDI, 2009, p. 58;) acenam para o descontentamento e a crise da profissão docente, percebidos pelas precárias condições de trabalho, baixos salários, vínculos empregatícios flexíveis, levando os profissionais a atuarem por até três jornadas diárias, expondo os professores a desequilíbrios psicológicos, estresse, mal-estar docente, sensação de incapacidade física e emocional, corroborando para o aumento dos problemas de saúde e absenteísmo.

As constantes lutas da categoria por melhorias de condições de trabalho e salários, também corrobora para tal descontentamento, uma vez que os profissionais são desvalorizados e desrespeitados enquanto cidadãos de direitos e deveres, tendo seus protestos respondidos pelos gestores com cavalaria e cães ferozes, na contemporaneidade com helicópteros e bombas, a exemplo de estado do sul do Brasil.

II. A educação escolar e a escola pública

Toda sociedade humana organizada tem como principal função a transmissão para as futuras gerações, de um modo coletivo de viver, se relacionar e compreender o mundo quer seja, a reprodução de um conjunto de normas sociais que ordenam a existência humana – conhecimentos construídos historicamente (NÓVOA, 1987).

A transmissão da cultura se dava a partir da interação do indivíduo com o meio, a ação educativa especializada não constituía pauta principal dos gestores, como expõe Nóvoa:

As sociedades humanas reproduziam as normas culturais estruturantes da vida colectiva através de uma espécie de impregnação cultural: confrontando, desde o seu nascimento, com uma dada herança cultural e um universo simbólico preciso, o ser humano integrava-se na comunidade graças a uma vivência quotidiana, onde a acção educativa especializada não tinha lugar (NÓVOA, 1987, p. 413).

Na passagem da Idade Média para a Idade Moderna, o surgimento de uma nova ordem social e as transformações oriundas das contingências burguesas, inaugura uma nova fase caracterizada especialmente pela preocupação com a educação institucionalizada de crianças e jovens uma vez que, “o nobre nasce nobre, é nobre, e assim se mantém durante toda a vida; o burguês não nasce burguês, torna-se burguês, e em qualquer momento pode

deixar de o ser” (NÓVOA, 1987, p. 413), disso decorre que a escola ao longo de sua existência assume um papel social o qual está intimamente relacionado à função do professor.

Foi, no entanto, com a Revolução Francesa (1789) que surgiram os ideais da escola pública e laica que defendemos ainda hoje, fundamentada nos princípios norteadores inscritos na Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789) - liberdade, igualdade e fraternidade. Urgia um novo sistema de ensino, para a formação de um novo homem, para dar sustentação às prerrogativas da nova ordem social posta pela burguesia, fazia-se necessário a transmissão de novos conhecimentos (SILVA, 2007).

Destarte tem-se que a escola se organizou sob a égide da ordem liberal, que no final do século XIX se deparou com sérias reações pela classe operária, que se revolta contra suas intenções, seu conteúdo filosófico e conseqüências sociais. Os operários reivindicavam igualdade de acesso aos bens, tendo no movimento revolucionário de 1848 o ápice da reação, com a vitória, no entanto, da burguesia. No bojo destas discussões, o Brasil proclamava a República (1889), sob ideal positivista de educação, considerada como “mola propulsora para a modernização da sociedade” e surgem os debates em torno da organização do Sistema Nacional de Ensino (SILVA, 2007, p. 27) o qual tinha como objetivo “organizar o ensino elementar de forma mais racionalizada e padronizada com intuito de atender um grande número de crianças” (PEREIRA, FELIPE E FRANÇA, 2012, p. 06).

À escola compete o trabalho da reprodução das normas e transmissão cultural, inicialmente sob o domínio da igreja e mais tarde sob o domínio do Estado.

A escola pública brasileira nas primeiras décadas do século XX tinha como objetivo a escolarização das camadas populares, incluindo apenas aqueles pertencentes aos setores ligados ao trabalho urbano, excluíram assim, os pobres, os miseráveis e os negros (PEREIRA, FELIPE E FRANÇA, 2012).

Hilsdorf (2005) apud Pereira, Felipe e França (2012) salienta que apesar da escola pública ter em seu projeto a educação das massas populares, não consistia em oferecer todo o ensino a toda a sociedade, visto que a escola era ofertada nos moldes das elites cafeicultoras da época, mas sim, objetivava tão

somente normatizar os movimentos populares que reivindicavam instrução pública.

Eclodiam assim a partir de 1920 as reivindicações dos excluídos (os pobres, os miseráveis e os negros) para a inclusão no mundo letrado financiando pelo Estado, necessidade posta pelo desenvolvimento do capitalismo nascente. O documento norteador desse movimento foi o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, tendo como representante Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e Lourenço Filho o qual tinha como objetivo realizar a reconstrução social pela reconstrução educacional, embasado pelos princípios da laicidade, gratuidade, obrigatoriedade, co-educação e a unidade da escola (PEREIRA, FELIPE E FRANÇA, 2012).

Seguindo o curso da história do ensino público primário, acompanhando a tendência dos países da Europa e Estados Unidos, o Brasil desenvolve o ensino primário, norteado pela concepção republicana de educação a qual acreditava que o progresso da nação só se efetivaria a partir do desenvolvimento intelectual e moral via educação, para essa formação “integral” houve a necessidade de organização curricular e administrativa da educação, para tanto se implantou os grupos escolares, os quais serviram para formação e seleção das elites, pois possuíam turmas seriadas e também eram considerados como escolas graduadas.

A escolarização em massa propalada a partir do século XIX apresentava alguns aspectos comuns globalizantes, conforme salientam Pereira, Felipe e França (2012):

A obrigação escolar, a responsabilidade estatal pelo ensino público, a secularização do ensino e da moral, a nação e a pátria como princípios norteadores da cultura escolar, a educação popular concebida como um projeto de consolidação de uma nova ordem social.

Esse novo modelo de escola exigia uma readequação do tempo e do espaço escolar com os elementos da racionalização pedagógica, conforme aponta Souza (2006, p. 114) apud Pereira, Felipe e França (2012): “em cada sala de aula uma classe referente a uma série; para cada classe, um professor”. A figura do professor se torna central no ambiente da sala de aula, enquanto condutor do processo ensino aprendizagem. A falta desse profissional compromete o desenvolvimento da atividade pedagógica.

Nesse período o profissional professor se consagra enquanto profissional da educação e a figura feminina encontra na educação a possibilidade de profissionalização, conforme expõe Souza (2006, p. 114) apud Pereira, Felipe e França (2012):

No bojo desse processo, a escola primária foi “(re) inventada”: novas finalidades, uma outra concepção educacional e uma outra organização do ensino. O método individual cedeu lugar ao ensino simultâneo; a escola unitária foi, paulatinamente, substituída pela escola de várias classes e vários professores, o método tradicional cedeu lugar ao método intuitivo, a mulher encontrou no magistério primário uma profissão, os professores e professoras tornaram-se profissionais da educação.

A gênese dos direitos educacionais advém do manifesto, o qual interferiu no texto da Constituição de 1934, na criação do Conselho Nacional de Educação e na elaboração do Plano Nacional de Educação.

No contexto neoliberal, as mudanças no campo educacional afetam a escola e os professores, os quais têm que se adequarem ao contexto e tornam-se responsáveis pela reprodução de uma cultura dominante individualista, se personificam na esperança de mobilidade social das camadas populares, concomitantemente à crescente desvalorização profissional, perda da autonomia, do valor social e aumento das atividades de trabalho, gerando grande desgaste físico, mental e psicológico (SOUZA, 2007), contrariando a definição de saúde da Organização Mundial da Saúde (1946).

III. Leis trabalhistas e saúde do professor

A Organização Mundial da Saúde (OMS/WHO - 1946) define saúde como: “um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não consiste apenas na ausência de doença ou de enfermidade”.

Ao atentar para tal definição, observa-se que os professores têm suas faltas justificadas pelos inúmeros problemas de saúde apresentados nos laudos dos atestados médicos dos profissionais da educação, em especial dos professores.

A medicina do trabalho surgida na Inglaterra no século XIX tinha como função, adequar o trabalhador à função a desempenhar, o médico além de cuidar da saúde da população, passa a cuidar da saúde do trabalhador, para não parar a esteira da indústria no contexto do capitalismo. A saúde

ocupacional também contribuiu para a efetividade do desenvolvimento industrial e do capital, porém ambos não davam conta de compreender os processos pelos quais o profissional adoecia, não faziam as co-relações necessárias entre fatores estressantes e adoecimentos, tinham caráter curativo não atendendo as necessidades postas do contexto social (SOUZA, 2007).

Diante do exposto, tem-se que o professor – ser histórico pertence a uma categoria profissional legislada por leis federais, estaduais e municipais, suas faltas na grande maioria têm respaldo legal.

Nas redes de ensino públicas – municipais e estaduais, a gerência das faltas dos profissionais da educação está atrelada aos relatórios enviados pelos estabelecimentos de ensino que exercem empenho para dar conta de controlar e manter funcionando as atividades educativas em face da crescente taxa de absenteísmo. Em virtude dos documentos oficiais que dão legalidade às inúmeras possibilidades de faltas, reconhecendo o uso abusivo dessas justificativas, o governo do estado do Paraná fez a tentativa de interferir com alguma medida corretiva contra os profissionais faltosos, descontando dos vencimentos o auxílio transporte dos dias não trabalhados, porém a forte sindicalização da categoria impossibilitou a implantação de medidas mais rigorosas para o disciplinamento do uso abusivo do direito da falta justificada.

Ao longo da história profissional do professor, inclusive pela figura do professor historicamente constituída, a falta no ambiente escolar tem sido negligenciada e/ou tratada de forma a desconsiderar o direito do aluno e garantir o direito do professor.

Cabe questionar, como conciliar o direito do professor em faltar às atividades produtivas - respaldados por legislação própria e garantir o direito do aluno, em especial, o aluno da escola pública em ter suas aulas efetivadas no ambiente escolar?

Os governos – federal, estadual e municipal, vinculam-se às leis, logo, não possuem a liberdade da esfera privada para contratar, desligar, remanejar seu quadro de pessoal, deste modo, para melhorar sua atuação e cumprimento de suas responsabilidades legais – oferta de educação de qualidade, conta com as informações que lhes são repassadas pelas secretarias e núcleos locais, sobre faltas, licenças, exonerações entre outras, para readequar seu

contingente e “conciliar demandas sociais, legalidade e excelência” (CRUZ, 2015, P. 18).

Tavares et al (2009) expõem que alguns atributos pessoais relacionados à carreira do professor, contribuem para sua tomada de decisão em faltar ao trabalho. Concluem que quanto mais estável for o vínculo empregatício, quanto maior tempo de carreira e status ocupacional tiver o professor, maior será a possibilidade de faltar, no entanto, quanto maior for o engajamento do professor com a escola, menos faltará ao trabalho.

O elevado índice de faltas dos professores no trabalho constitui um dos maiores problemas de enfrentamento dos gestores das escolas da rede de ensino estadual paulista (TAVARES ET AL, 2009; GESQUI, 2008; DIAS, 2012; CRUZ, 2015).

Esse fato tem se estendido a outros estados do Brasil conforme pode ser observado pelos estudos de Cruz (2015) que trata sobre as faltas dos professores da escola pública de Brasília-DF, Zaponi e Silva (2009) que fizeram estudo relacionado com professores da escola pública de Pernambuco; Silva, Pelozato e Costa (2013) ao tratarem da questão do absenteísmo docente em Ariquemes – RO e, Sá (2014) em seu estudo que tratou sobre a temática referente aos professores de Janaúba - MG.

Segundo Tavares et al (2009), 70% das faltas por motivos de saúde, são de curta duração (1 e 2 dias), desobrigando a certificação médica, deste modo, não admite substituição. Também Cruz (2015) expõe o desinteresse dos substitutos quando o período é de curta duração. Outro problema apresentado pelo autor é o fato de que apesar dos gestores se respaldarem nas leis para a garantia do professor em sala de aula, dentre as situações autorizadas por lei que facultam a falta do professor, algumas são imprevisíveis, inevitavelmente a aula ficará vaga.

De acordo com a Lei 6174/70, publicada no Diário Oficial nº. 180 de 20 de novembro de 1970 que estabelece o regime jurídico dos funcionários civís do Poder Executivo do Estado do Paraná, em seu Título V – Dos Direitos, Vantagens e Concessões – Capítulo I – Do Tempo de Serviço – Art. 128 estabelece:

Art. 128. Será considerado de efetivo exercício o afastamento em virtude de: I – férias; II - casamento, até oito dias; III - luto

por falecimento do cônjuge, filho, pai, mãe e irmão, até oito dias; IV – trânsito; V - convocação para o serviço militar; VI - júri e outros serviços obrigatórios por lei; VII - exercício de função do governo ou administração em qualquer parte do território estadual, por nomeação do Chefe do Poder Executivo; VIII - exercício de cargo ou função do governo ou administração, por designação do Presidente da República ou através de mandato eletivo, na administração pública federal, estadual e municipal, inclusive autarquias sociedades de economia mista, empresas públicas e fundações instituídas pelo Poder Público; IX - missão ou estudo no exterior ou em qualquer parte do território nacional, quando o afastamento houver sido autorizado pelo Chefe do Poder Executivo; X - exercício de mandato legislativo da União, dos Estados e dos Municípios; XI - licença especial; XII - licença para tratamento de saúde; XIII - licença a funcionário que sofrer acidente no trabalho ou for atacado de doença profissional, na forma dos parágrafos 1º., 2º., 3º. e 4º., deste artigo; XIV - licença maternidade, inclusive para fins de estágio probatório, salvo se houver disposição contrária em lei específica de carreira;(Redação dada pela Lei 18187 de 06/08/2014). XV - faltas até o máximo de três durante o mês, por motivo de doença comprovada na forma regulamentar; XVI - licença para o trato de interesses particulares, desde que estas licenças não ultrapassem de noventa dias durante um quinquênio; XVII - licença por motivo de doença em pessoas da família: cônjuge, filhos, pai, mãe ou irmão, até noventa dias num quinquênio; XVIII - licença compulsória; XIX - faltas não justificadas, não excedentes de sessenta dias, durante um quinquênio.

Conforme elencados pelos autores apresentados neste estudo, as faltas ou licenças de curta duração são as que mais incidem no contexto escolar, respaldado pelo inciso XV da citada Lei que garante o direito ao trabalhador de no máximo três faltas durante o mês, por motivo de doença, devidamente comprovada na forma regulamentar, o efetivo das escolas está em defasagem para o atendimento das demandas, uma vez que não são apenas os professores que fazem uso do direito, mas sim, todos os servidores que ali trabalham, não cabe porém, questionar o direito do servidor, especialmente no tocante aos problemas de saúde, mas sim, propor alternativas para conciliar o direito do servidor e também o direito do aluno.

IV. Caracterização do Colégio no qual a pesquisa foi realizada

A pesquisa quali quantitativa exploratória documental foi realizada em um Colégio Estadual do Município de Maringá, situado na zona norte da cidade, vinculado ao Núcleo Regional de Ensino de Maringá e à Secretaria de Estado

da Educação do estado do Paraná (SEED). O Colégio conta com ensino fundamental fase II, ensino médio e ensino profissionalizante, os alunos matriculados encontravam-se assim distribuídos:

Quadro 01. Distribuição dos alunos por semestre letivo nos anos de 2015 e 2016.

Período letivo	Ensino fundamental fase II	Ensino médio	Ensino profissionalizante	Total de alunos por semestre letivo
1º semestre 2015	153	160	167	480
2º semestre 2015	153	160	191	504
1º semestre 2016	140	117	298	555

A cada semestre letivo, iniciam novas turmas de cursos técnicos, fato que justifica a alteração no quantitativo de alunos nos semestres.

Observa-se que o absenteísmo docente ocorre com frequência em todos os turnos e etapas de ensino, causando impactos ao processo ensino-aprendizagem, com diferentes intensidades, visto que cada turno atende um público alvo de alunos, os quais respondem ao absenteísmo docente de forma diferenciada devido ao grau de maturação e autonomia da clientela atendida.

No turno matutino são atendidos alunos do ensino médio, no turno vespertino alunos do ensino fundamental II e, no noturno, alunos dos cursos técnicos, a aula vaga e conseqüentemente o não aprendizado dos conteúdos necessários à formação educacional dos alunos, certamente trará prejuízos consideráveis.

O colégio está localizado numa extensa área no vale de um córrego (Ribeirão Maringá), bastante arborizado, exigindo dos profissionais agentes I constante sentinela, a rotina e distribuição das atividades desses profissionais também são alteradas quando com a ocorrência da aula vaga, pois os alunos em muitas ocasiões, não diferente de outras escolas, ficam no pátio da escola até começar a aula próxima.

O colégio está localizado em um bairro universitário, que por sua caracterização, tornou-se uma área altamente valorizada, “expulsando” deste os antigos moradores do bairro, observando a crescente construção de apartamentos e kitnets para alojar os inúmeros universitários que aqui

estudam, deste modo, os alunos do colégio na grande maioria são de bairros vizinhos e utilizam do transporte urbano para estudarem.

V. Determinantes de absenteísmo: um estudo necessário.

Absenteísmo refere às sucessivas ausências do profissional em seu posto de trabalho, no momento em que deveria estar trabalhando, envolve determinantes complexos e multifatoriais, inegavelmente, tanto no setor público como no privado, gera prejuízos e desorganiza a gerência dos serviços (SILVA, PELOZATO E COSTA, 2013).

Dias (2012) em estudo sobre o absenteísmo docente da rede pública municipal do estado de São Paulo, pautou como um grande desafio dos gestores, assegurarem um quadro de professores suficiente para atender a todas as turmas das escolas. Devido às faltas devidamente respaldadas por atestados médicos e também, por demais ausências reconhecidas como legítimas pelo costume local (falta abonada no dia do aniversário, por exemplo) visto que a frequência era registrada.

Destarte, buscou-se identificar nos estudos dos autores Cruz (2015), Zaponi e Silva (2009), Silva, Pelozato e Costa (2013), Sá (2014), Tavares et al (2009), Dias (2012), Gesqui (2008), Gesqui (2014), Souza (2007) os principais determinantes de absenteísmo, no sentido de fazer uma co-relação com os dados apresentados pela escola em estudo, compreender o fenômeno e buscar soluções que venham a contribuir com o cumprimento do direito dos alunos em ter aulas efetivamente ministradas, garantindo o mínimo de 200 dias letivos e 800 horas.

Os aspectos complexos e multifatoriais do absenteísmo são citados em todos os estudos sobre a temática, visto que o fenômeno intriga e inquieta a todos.

É fato que a ação docente ao longo da história tem se modificado em atendimento às necessidades educacionais e sociais. Os professores assumem diferentes habilidades, muitas das quais, não receberam formação acadêmica para tal durante sua formação, tão pouco, imaginavam que seriam solicitadas no desempenho da profissão. Contudo, aliado às especificidades da profissão, esses profissionais buscam atender aos ditames que se apresentam

no bojo do processo educativo, porém, e somado aos estressores da atividade profissional, os problemas de ordem de saúde seu e de seus familiares, problemas financeiros, conjugais entre outros, avolumam-se convergindo para as recorrentes faltas ao trabalho, licenças médicas por longos períodos, afastamento por tempo indeterminado e determinado e, ainda, readaptação de funções.

É comum faltas relacionadas ao risco ocupacional, como às atividades manuais e contato frequente e próximo com muitas crianças e adolescentes, tornando os profissionais da educação mais suscetíveis a infecções, especialmente das vias aéreas superiores, oftalmológicas e problemas relacionados à voz dentre outros estresses associados ao trabalho (TAVARES ET AL, 2009).

Inúmeros fatores contribuem para o adoecimento docente, conforme expõe Souza (2007, p. 25)

Exposição ao pó de giz, baixos salários, múltiplas tarefas que lhes vêm sendo atribuídas, condições de trabalho que afetam a autonomia do professor na condição dos processos de ensino-aprendizagem [...]. Esta intensificação do trabalho desencadeadora da insatisfação no trabalho reduz a qualidade da educação.

Conforme expõe Cruz (2015), dentre as possibilidades de situações autorizadas por lei que acarretam falta de professores, algumas são de difícil previsão. Notadamente há casos em que, apesar de existirem professores de contrato à disposição do gestor e a falta seja previsível, a curta duração do período de substituição não estimula os substitutos a ocuparem as vagas, concorrendo para a aula vaga.

Dias (2012) chama a atenção para as responsabilidades políticas cada vez maiores que são destinadas aos professores, interferindo negativamente no cumprimento das suas responsabilidades docente. Também acena para as recorrentes discussões nos ambientes educacionais sobre a qualidade de vida e saúde do professor, alto índice de adoecimento, desinteresse e desinvestimento na profissão, contribuindo para o aumento das faltas justificadas e/ou não.

Tavares et al (2009) em seu estudo concluíram que a decisão em faltar ou não, não se relaciona a determinantes do posto de trabalho, porém os

atributos pessoais dos docentes, favorecem pistas para justificar suas faltas recorrentes. Quanto mais estável na carreira, em função do cargo ocupado maior a incidência de faltas, inversamente observou-se que quanto mais comprometido e engajado com a escola, menor será a chance de faltar ao trabalho. Ainda mostrou que quanto mais idade tiver o professor, maior número de faltas, devido ao aumento dos problemas de saúde seu e de seus familiares. Que professores concursados, estáveis, faltam mais que professores com vínculo temporários e que o desempenho dos alunos estudados está diretamente relacionado ao número de faltas dos professores regentes.

[...] a relação entre as faltas dos professores e o desempenho de seus estudantes [...] estimou-se que 10 dias a mais de falta dos professores estão associados a uma nota em matemática 5% de um desvio-padrão abaixo da média (resultado superior às principais evidências internacionais) (TAVARES ET AL. 2009, P. 14).

Silva, Pelozato e Costa (2013) ao pesquisarem o absenteísmo docente em virtude de doenças infecciosas como gripes e resfriados, expõem que os motivos que levam os professores a faltarem ao trabalho englobam ainda, diversos problemas de ordem psicológicas e somáticas. Os autores citam Yiu (2002) que se refere à disfonia como problema de saúde recorrente, contribuindo para o absenteísmo docente. Concluíram que dos 181 professores entrevistados, 137 afirmaram ter faltado por algum motivo ao longo do período estudado e que a gripe foi responsável por 39% do total das faltas. Dentre as causas mais citadas apareceram: outras causas 37%; stress 7%; dengue 7%; resfriado 6%; malária 4%.

No estudo de Souza (2007, p. 25) os condicionantes para o absenteísmo se relacionam aos fatores complexos inerentes ao ofício, ao aumento das tarefas impostas às escolas e conseqüentemente aos professores, características dos processos descentralizadores das políticas neoliberais vigentes, não há espaço para que os professores e atores da escola reflitam e discutam sobre o que está sendo produzido no interior das escolas e sob quais condições estão sendo produzidos, aquilo que costumamos dizer – refletir a prática educativa. A autora faz referência sobre o caráter classificatório das avaliações externas que ditam os conteúdos a serem ensinados e medem a

capacidade produtiva dos professores, acentuando a precariedade do trabalho docente e cerceando sua autonomia.

Marchiori, Barros e Oliveira (2005, p.155) apud Souza (2007, p. 27) em pesquisa realizada com 607 professores da rede pública municipal de Vitória, identificaram como fatores diretamente relacionados ao adoecimento destes: “o descaso das políticas públicas; as condições muito precárias de trabalho; conflito cotidiano entre o que é exigido, o que desejam e o que realmente é possível fazer”. A carga de cobrança é exaustiva e as condições reais objetivas para que a aprendizagem aconteça não são favoráveis, aliada ao desinteresse dos alunos e desvalorização dos pais pelo trabalho educativo.

Outro estudo realizado em Santa Maria (RS), com 163 professores do ensino fundamental, identificou que o stress e as dificuldades relacionadas ao trabalho referiam-se à: salas de aulas numerosas, falta de apoio e acompanhamento dos pais e/ou responsáveis pela vida escolar dos filhos, aumento da indisciplina discente, baixos salários e desvalorização profissional, conforme Naujorks (2002) apud Souza (2007, p. 28).

Em estudo com 99 professores da rede pública estadual de São Carlos (SP), Souza (2007, p. 32) identificou como possíveis causas do adoecimento e reincidências de absenteísmo: 61% dos entrevistados relataram preocupação e tensão; 40% referiram tristeza; 38,40% consideram o trabalho como algo penoso, gerando sofrimento e não realização profissional; 40% referem insatisfação com a profissão; embora se sintam úteis, cientes do seu papel social, quer seja: contribuição com a formação do cidadão crítico e reflexivo, agente de transformação social.

Em estudo realizado por Gesqui (2008, p. 89) o autor sintetiza que existe um aparato de legalidade que justificam os afastamentos dos professores das salas de aulas e também dos alunos, e que a maioria das justificativas apresentadas pelos professores tinham respaldos nestas leis, decretos e estatuto dos servidores, dentre elas destacou: os afastamentos “relacionados à prestação de serviços em outros departamentos da Diretoria de Ensino, disputa ou ocupação de cargos políticos, acompanhamento de familiares a tratamentos de saúde” e também para tratamento de sua própria saúde.

Cruz (2015, p. 53) em estudo para análise diagnóstica da falta de professor no Distrito Federal, expõe sobre a reincidência das faltas e da

obrigatoriedade de reposição por parte do professor, mas não das aulas perdidas, motivadas por problemas de saúde do professor, entre outros.

Zaponi e Silva (2009) elucidam como causas de absenteísmo a forma de organização e acompanhamento do trabalho docente, a longa jornada diária de trabalho, facultativo das leis, questões de relacionamento e comportamentos no âmbito profissional. Alertam ainda sobre o descumprimento da legislação que garante educação de qualidade com a carga horária de efetivo ensino e aprendizagem.

VI. Implicações do absenteísmo docente no processo ensino aprendizagem do aluno

O absenteísmo docente deve ser compreendido como a falta do professor para o desempenho de sua atividade primordial – ministrar as aulas que lhes compete, ainda, cumprimento da hora-atividade “período em que desempenha atividades relacionadas com a docência, no seu local de exercício” (Lei Complementar 37 de 27 de Outubro de 1987), tão reivindicada pela categoria, momento no qual o professor planeja e prepara suas aulas, faz as correções de atividades avaliativas, preenche os relatórios e Livro Registro de Classe (LRC), estuda, discute com os colegas professores e equipe pedagógica o desempenho dos alunos sob sua responsabilidade docente e faz os atendimentos aos pais de alunos, entre outras.

Sobre a importância da aula no processo educativo na escola, Zanardi (2009, p. 60) cita Santos (2006, p. 03) que expõe: “as aulas são a finalidade principal da escola e o professor é o mais importante recurso do sistema de ensino, na medida em que é responsável direto pela execução de sua atividade: educar”.

Considerando que o horário escolar é organizado de forma racional, devido à indisponibilidade de professores que possam substituir os faltosos, as recorrentes faltas docentes, justificadas ou não, provocam transtorno na rotina da escola, dificultando o trabalho dos gestores e equipe pedagógica, os quais concentram as ações diárias para acomodar alunos e professores em suas respectivas turmas (SÁ, 2014).

O equilíbrio – manutenção de professores para o atendimento de todas as turmas constitui assim, tarefa precípua no contexto escolar, uma vez que é na escola que o processo ensino-aprendizagem deve ocorrer de fato e, o professor regente, é o que detêm o domínio pedagógico para tal, uma vez que é ele quem desenvolve o Plano de Trabalho Docente (PTD), elaborado por ele, em consonância com Projeto Político Pedagógico (PPP), tem o domínio do processo e prepara a aula a ser ministrada diariamente, garantindo ao aluno a continuidade e seguimento dos conteúdos, indispensáveis à formação do cidadão que se almeja: crítico, reflexivo e agente de transformação.

Embora existam medidas legais que possam minimizar o absentéismo docente e a conseqüente aula vaga, tais faltas têm impacto negativo no processo de aprendizagem dos alunos, “pondo em risco a legitimidade da educação escolar como instrumento para a superação da pobreza e da violência” conforme salienta Zanardi (2009, p. 58).

Para Figueiredo et al. (2010) apud Silva, Pelozato e Costa (2013, p. 88) o absentéismo, traz prejuízos a todas as esferas de atuação, tanto público como privado, a falta do professor interfere diretamente na rotina da organização do tempo e do espaço escolar. Inúmeras medidas são tomadas no interior da escola para montar o quebra-cabeça para minimizar os prejuízos da falta do professor: “dispensar os alunos, adiantar aulas, deixá-los sozinhos, juntar turmas, colocar apenas um professor para duas ou mais turmas”, todas essas medidas emergenciais sem dúvida comprometem o processo ensino aprendizagem, causando ainda, descontentamento dos pais, alunos e gestão escolar.

Para Souza (2007), a falta do professor expõe os alunos ao contato com diferentes educadores, contribuindo negativamente para o aprendizado, pois o professor regente parte do cotidiano das crianças para tornar o conteúdo significativo para o aluno, logo deve conhecê-lo, suas realidades, desejos, expectativas. Quando esta interação é rompida – pela troca de professores, a qualidade do ensino diminui consideravelmente.

Tavares et al (2009, p. 04) reconhece que o custo do absentéismo recai especialmente sobre o aprendizado dos alunos, pela interrupção do fluxo contínuo de interação entre professor-aluno e redução do tempo produtivo em virtude do tempo demandado para adequação do novo professor com a turma.

A redução do aprendizado deve-se ainda, pela dificuldade dos alunos em estabelecer relações afetivas e de confiança com o professor substituto, condições indispensáveis à aprendizagem efetiva, afeta também a motivação dos alunos para os estudos.

Diante do exposto, existem inúmeras evidências que a falta do professor e a conseqüente aula vaga causa prejuízos educacionais aos alunos das escolas públicas. Diferentes ações são estabelecidas no interior das escolas com o intuito de minorar os transtornos ocasionados pela falta do professor regente.

No colégio objeto de estudo, no início do ano letivo, ainda na semana pedagógica, foi estabelecido juntamente com o coletivo de professores do turno da tarde, a manutenção de uma pasta de atividades, devidamente alinhadas ao Plano de Trabalho Docente de cada disciplina e professor, para atendimento dos alunos em situação da possibilidade da aula vaga, uma vez que no turno da tarde encontram-se matriculados os alunos do Ensino Fundamental II Fase. Tavares et al (2009, p. 04) ao citar Miller (2008) chama a atenção para os prejuízos ainda maiores de acordo com o nível de ensino:

Os efeitos da falta do professor sobre o aprendizado são ainda maiores entre alunos mais novos ou com necessidades físicas ou psicológicas específicas, já que estes são mais dependentes tanto emocional quanto academicamente de seus professores.

Outra situação é contar com a colaboração dos professores que estão no colégio, para que substituam os faltantes, porém o conteúdo a ser estudado, não será da mesma disciplina do professor faltante. Essa medida vai aos poucos tornando-se insuficiente, pois os professores contam com o momento da hora-atividade para desenvolver suas atividades extra-classe, mesmo porque as faltas são recorrentes. O agrupamento de turmas também é realizado com frequência. Ainda há momentos em que os alunos são mantidos no pátio do colégio devido à impossibilidade de mantê-los em sala de aula, uma vez que vários professores e também funcionários agentes I e II faltam no mesmo dia e turno de trabalho, desorganizando o tempo e o espaço escolar, o qual deve ser pensado como uma engrenagem, na qual o desajuste de uma das peças desmantela o sistema como um todo.

Figura 01. Representação da escola enquanto engrenagem.

A ESCOLA ENQUANTO ENGRENAGEM PERFEITA

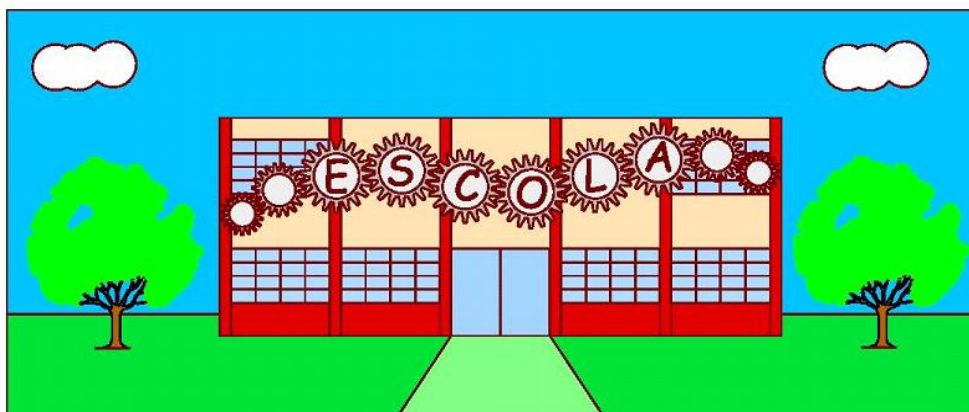


Figura1. Cedida por Amanda Mayumi Takeshita.

O contexto que se apresenta nesta e na maioria das escolas públicas do país, marcadamente por faltas de professores, por motivos de saúde, compromete sobremaneira a atuação da coordenação pedagógica que muitas vezes assume as cinco aulas do turno, para dar atendimento aos alunos, na tentativa de garantir a continuidade do processo ensino-aprendizagem, fato observado por Dias (2012, p.13-14) na função de coordenadora pedagógica que descreve com riqueza de detalhes a situação da coordenação pedagógica, como segue:

Diante de um quadro de assiduidade bastante comprometido, recai sobre os professores presentes a responsabilidade com as turmas dos professores faltosos, para que os estudantes não fiquem sem aulas. A coordenação pedagógica busca assumir a difícil tarefa de reorganizar os tempos e horários dos professores, incluindo a si mesma como substituta dentro de sala, comprometendo sua atuação junto à equipe docente no diálogo sobre a aprendizagem dos estudantes, bem como a necessária interlocução com suas famílias. Essa é a rotina diária da coordenação pedagógica, que acaba por dedicar considerável tempo do horário dos turnos para montar o “quebra-cabeça” da organização escolar diante dos atrasos, faltas e licenças médicas frequentes na escola. Essa prática sobrecarrega o trabalho da coordenação e do professor, e impede o tempo de Atividades Coletivas de Planejamento e Avaliação do Trabalho Escolar.

O coordenador pedagógico tem como agravante na tentativa de suprir a falta inesperada do professor, a indisponibilidade de tempo hábil para o

planejamento e preparo de materiais para o trabalho com os alunos, deste modo, sofre com a insatisfação gerada pelo contexto, uma vez que é conhecedor dos encaminhamentos didático e metodológico indispensáveis à aula de qualidade. Assim, muitas vezes utiliza o tempo da aula que seria vaga para apresentar e discutir com os alunos questões relativas aos temas transversais, especialmente sobre ética, cidadania e violência.

Ainda assim, permanece o desconforto por parte da equipe pedagógica, gestora, professores presentes na escola, alunos e funcionários agentes I e II os quais têm que se desdobrarem para darem conta de seus compromissos profissionais – atividades profissionais que lhes incumbem, bem como, se incumbirem das atividades dos que faltaram.

Indiscutivelmente o aluno será o maior prejudicado, visto que na maioria das vezes as aulas não são repostas, já que não há interesse em assumir a substituição das aulas por outros professores, especialmente quando o período da licença é de curto espaço de tempo.

Quando um professor assume a substituição, o professor que havia faltado, muitas vezes já retornou para a escola, sendo assim, as reposições acontecem no contraturno ou aos sábados, o que dificulta a presença efetiva dos alunos, visto que muitos deles utilizam o transporte coletivo municipal e o passe livre, o qual não é liberado para utilização aos sábados e, durante a semana são ofertadas apenas duas viagens (de ida e retorno) impossibilitando às famílias o encaminhamento de seus filhos para as aulas de reposições, pelo alto custo do transporte coletivo convencional, conseqüentemente o prejudicado sempre será o aluno.

Sobre essa problemática Cruz (2015, p. 53) refere que em muitos casos, não há obrigatoriedade de reposição de aulas, mas sim o professor tem que repor o dia não trabalhado e, expõe a fala de um gestor: “não existe reposição para turma que ficou sem aula, o que existe é, quando o professor chega, dá uma condensada no conteúdo, vê o que é primordial”. Esse fato é algo recorrente em todos os estados brasileiros, conforme pôde ser observado ao longo desse estudo.

03. Apresentação e discussão dos resultados da pesquisa

A pesquisa se classifica como qualitativa e exploratória documental. A pesquisa exploratória busca colocar um tema em evidência, envolve levantamentos de dados bibliográficos, coleta documental, entrevistas com pessoas ligadas ao tema e análise de exemplos que possam facilitar a compreensão do problema pesquisado (GIL, 2008). Quanto a técnica da pesquisa se caracteriza em qualitativa, pois não privilegia os dados quantitativos, mas sim utiliza destes para a compreensão do fenômeno.

Para o desenvolvimento da pesquisa inicialmente foi solicitado junto à direção da instituição escolar objeto de estudo a permissão para análise dos documentos apresentados pelos profissionais da escola – agente I, agente II, professores e pedagogos, para justificarem suas ausências no momento em que deveriam estar na escola.

O período analisado foram os seguintes: primeiro e segundo semestres do ano de 2015 e primeiro semestre do ano de 2016. Foram analisados 276 documentos do ano de 2015 e 137 documentos do primeiro semestre do ano de 2016, totalizando 413 documentos. Os documentos foram classificados em: declarações que incluem: certidões de casamento, certidão de óbito, declaração de comparecimento em Unidade Básica de Saúde, declaração de comparecimento em outras instituições de ensino ou secretarias, comparecimento em reuniões no Núcleo Regional de Ensino, ou outro evento relacionado à formação profissional, comparecimento em audiência, comparecimento para exames, fisioterapia; atestado médico e comprovante de licença para tratamento de saúde e licença gestação - maternidade.

Quadro 02. Distribuição dos documentos analisados segundo tipo, período de afastamento e categoria profissional – todos os profissionais - anos 2015 e primeiro semestre de 2016.

TIPO DE DOCUMENTO – TODOS OS PROFISSIONAIS	QUANTIDADE DE DOCUMENTO 2015	QUANTIDADE DE DOCUMENTO 2016	QUANTIDADE DE DIAS EFETIVOS DE AFASTAMENTO	QUANTIDADE DE ½ DIA DE AFASTAMENTO	QUANTIDADE DE AFASTAMENTO DE ATÉ 2 HORAS
DECLARAÇÃO	85	51	86	72	41
ATESTADO MÉDICO	144	66	369	82	13
COMPROVANTE DE LICENÇA	47	20	2.718	00	00
TOTAL	276	137	3.173	154	54

A análise do quantitativo de dias de trabalho perdidos de todos os profissionais somou três mil, duzentos e cinquenta e quatro dias e doze horas, considerando que o período analisado foi de um ano e meio – primeiro e segundo semestre do ano de 2015 e primeiro semestre do ano de 2016, o correspondente a 300 dias letivos teoricamente, obteve-se uma média de 10,85 faltas por dia letivo. Essa média compromete a qualidade do serviço prestado pela escola, especialmente porque a escola trabalha com número reduzido de funcionários, o que gera maior estresse, maior descontentamento com o trabalho e sobrecarrega os que ali estão.

O quadro 02 apresentou o quantitativo de todas as faltas justificadas por algum tipo de documento. Considerando que todo profissional da escola é educador, e que cada profissional assume uma função indispensável ao funcionamento adequado da escola, a “falta faz falta” (TAVARES ET AL, 2009), quer seja do professor, do pedagogo, do agente I e agente II.

Quadro 03. Distribuição dos documentos analisados segundo tipo e período de afastamento e categoria profissional – agente I - anos 2015 e primeiro semestre de 2016.

TIPO DE DOCUMENTOS AGENTE I	QUANTIDADE DE DOCUMENTO 2015	QUANTIDADE DE DOCUMENTO 2016	QUANTIDADE DE DIAS EFETIVOS DE AFASTAMENTO	QUANTIDADE DE ½ DIA DE AFASTAMENTO	QUANTIDADE DE AFASTAMENTO DE ATÉ 2 HORAS
DECLARAÇÃO	06	15	00	08	13
ATESTADO MÉDICO	11	14	11	14	01
COMPROVANTE DE LICENÇA	15	08	1.016	00	00
TOTAL	32	37	1.027	22	14

Quadro 04. Distribuição dos documentos analisados segundo tipo, período de afastamento e categoria profissional – agente II - anos 2015 e primeiro semestre de 2016.

TIPO DE DOCUMENTO – AGENTE II	QUANTIDADE DE DOCUMENTO 2015	QUANTIDADE DE DOCUMENTO 2016	QUANTIDADE DE DIAS EFETIVOS DE AFASTAMENTO	QUANTIDADE DE ½ DIA DE AFASTAMENTO	QUANTIDADE DE AFASTAMENTO DE ATÉ 2 HORAS
DECLARAÇÃO	03	02	09	00	03
ATESTADO MÉDICO	28	10	26	20	01
COMPROVANTE DE LICENÇA	01	00	15	00	00
TOTAL	32	12	50	20	04

A falta de um, compromete o desempenho profissional do outro imediatamente ligado ao setor do que faltou. Daí conferir à escola o sinônimo de engrenagem perfeita.

Quadro 05. Distribuição dos documentos analisados segundo tipo, período de afastamento e categoria profissional – pedagogos - anos 2015 e primeiro semestre de 2016.

TIPO DE DOCUMENTO – PEDAGOGOS	QUANTIDADE DE DOCUMENTOS 2015	QUANTIDADE DE DOCUMENTO 2016	QUANTIDADE DE DIAS EFETIVOS DE AFASTAMENTO	QUANTIDADE DE ½ DIA DE AFASTAMENTO	QUANTIDADE DE AFASTAMENTO DE ATÉ 2 HORAS
DECLARAÇÃO	06	03	02	06	01
ATESTADO MÉDICO	03	02	01	02	02
COMPROVANTE DE LICENÇA	02	00	30	00	00
TOTAL	11	05	33	08	03

Quadro 06. Distribuição dos documentos segundo tipo, período de afastamento e categoria profissional – pedagogo - anos 2015 e primeiro semestre de 2016.

JUSTIFICATIVAS PARA FALTAS - PEDAGOGOS	DECLARAÇÕES	ATESTADOS MÉDICOS	LICENÇAS	DIAS DE AFASTAMENTO	AFASTAMENTO DE 1/2 DIA DE TRABALHO	AFASTAMENTO DE ATÉ 02 HORAS
Encontro Pacto Nacional do E. Médio	03			02	1	
Reunião no NRE – formação – Equipe Multidisciplinar e orientação para PPP	02				2	
Audiência	1				1	
Entrose e distensão do tornozelo			2	30		
Exame dos olhos e da visão		2			2	
Acompanhamento de familiar em fisioterapia	1	3		1		3
Total	09	05	02	33	08	03

O pedagogo é responsável pela organização do trabalho pedagógico na escola, sabendo que toda ação que acontece na escola tem cunho pedagógico, esse profissional é de suma importância na articulação das ações que visem a garantia do processo ensino-aprendizagem. Cabe ao pedagogo, fazer as adequações indispensáveis para que a aula aconteça de fato, especialmente quando da falta do professor titular da disciplina ou turma.

Quadro 07. Distribuição dos documentos segundo tipo, período de afastamento e categoria profissional – professores - anos 2015 e primeiro semestre de 2016.

TIPO DE DOCUMENTO – PROFESSORES	QUANTIDADE DE DOCUMENTO 2015	QUANTIDADE DE DOCUMENTO 2016	QUANTIDADE DE DIAS EFETIVOS DE AFASTAMENTO	QUANTIDADE DE ½ DIA DE AFASTAMENTO	QUANTIDADE DE AFASTAMENTO DE ATÉ 2 HORAS
DECLARAÇÃO	70	31	75	58	24
ATESTADO MÉDICO	104	40	331	47	09
COMPROVANTE DE LICENÇA	29	12	1.477	00	00
TOTAL	201	83	1.883	105	33

De acordo com o proposto neste estudo, os documentos utilizados para o alcance dos objetivos – identificar as principais patologias que afastam os professores da sala de aula e as implicações da aula vaga, o estudo se deteve apenas aos documentos que identificavam as patologias de acordo com a Classificação Internacional de Doenças – CID 10.

Sabe-se que a declaração do diagnóstico da doença de acordo com o CID – 10 no atestado médico, está condicionada a autorização pelo paciente, conforme o Decreto n. 3048/99 que em momento algum torna tal exigência obrigatória, pois ao interpretar a lei de forma extensiva, devem-se levar em conta os princípios do direito fundamental da dignidade da pessoa humana.

Mesmo considerando a importância de todos os profissionais da escola para a garantia de uma educação de qualidade – agente I, agente II, professores e pedagogos, o estudo teve como foco principal os professores que atuam diretamente em sala de aula, os quais são indispensáveis para que a aula não fique vaga.

Os documentos relacionados no quadro 07 se referem aos documentos apresentados por professores de todos os ciclos e modalidades de ensino existentes na escola, os quais foram tabulados com a utilização do programa Microsoft Office Excel. Esses documentos mostram o quantitativo de faltas gerais dos professores e identificam as principais patologias diagnosticadas, as quais serão apresentadas no quadro 08.

Quadro 08. Distribuição dos documentos segundo tipo, período de afastamento e categoria profissional – professor - anos 2015 e primeiro semestre de 2016.

Patologias	declarações	Atestados médicos	licenças	Dias de afastamento	Afastamento de 1/2 dia de trabalho	Afastamento de até 02 horas
------------	-------------	-------------------	----------	---------------------	------------------------------------	-----------------------------

Óbito	04			32		
Lei16176/2009 (Lic.Gestante)			03	540		
Acompanhamento de familiar em tratamento de saúde	02	19	06	142	08	03
Exames diversos	15	14		11	08	12
ósteos musculares	01	16	03	170	02	01
Transtornos mentais e comportamentais		14	04	303	07	
CID 10- Não declarado	04	25	15	314	14	01
Consulta diversas		05		04		02
TTO. Odontológico	05	10		07	08	04
Doenças das vias respiratórias		08	01	21		
Afecções da pele		03		05		
Outras doenças das mamas			01	15		
Doenças do aparelho gastrointestinal		06	01	82		
Neoplasias		04	01	33		01
varizes e trombozes		03		18		01
ginecológicas		03		10		01
Tratamento de saúde: fisioterapia	05					05
Cefaléia tensional		01		01		
Esclerose sistêmica		01		01		
Imunização – vacina		01				01
Convalescença após cirurgia			01	30		
Cuidado preparatório para tratamento subseqüente não classificado em outra parte	01					01
CIR. PLASTICA NÃO DECLARADO		01		03		
Dor torácica não específica		01		01		
Outros transtornos especificados da tireóide		01		01		
Hipertensão essencial (primária)		01				01
Nefrite túbulo-intersticial aguda		01		05		
Total	37	104	36	1.749	46	34

De acordo com o exposto no quadro acima, observou-se que as doenças relacionadas aos transtornos mentais e comportamentais foram as que mais motivaram a ausência dos professores em sala de aula, fato observado em estudo de Silva, Pelozato e Costa (2013) os quais inferiram que as constantes faltas dos professores estavam relacionadas aos problemas de ordem psicológicas e somáticas. As doenças músculoesqueléticas, foram a segunda causa de justificativas para o absenteísmo docente, seguido do acompanhamento de familiar em tratamento de saúde e doenças gastrointestinais. Destaque ainda para as doenças neoplásicas, em especial aos transtornos da tireóide, bem como às doenças do sistema vascular (varizes e trombozes) que afastou em 18 dias os professores da sala de aula no período pesquisado.

Dentre a classificação das patologias apresentadas no quadro acima (nº. 08), os diagnósticos foram os seguintes:

Cefaléia tensional

Esclerose sistêmica

Convalescença após cirurgia

Cuidado preparatório para tratamento subsequente não classificado em outra parte

Cirurgia plástica não declarado

Dor torácica não específica

Outros transtornos especificados da tireóide

Hipertensão essencial (primária)

Nefrite túbulo-intersticial aguda

Outras doenças das mamas

Ginecológicas:

endometriose do peritônio pélvico

doença inflamatória do colo do útero

Neoplasias:

Neoplasia de comportamento incerto ou desconhecido das glândulas endócrinas

Neoplasia maligna de outras partes e de partes não especificadas da língua

Neoplasia maligna da glândula tireóide

Doenças do aparelho gastrointestinal:

Colelitíase

Diarréia e gastroenterite de origem infecciosa presumível

Esofagite

Diarréia e gastroenterite de origem infecciosa presumível.

Dor abdominal e pélvica + esofagite

Dor abdominal e pélvica

Hérnia umbilical + Hérnia ventral sem obstrução ou gangrena

Afecções da pele:

Erisipela

Hemangioma de qualquer localização

Afecções granulomatosas da pele e do tecido subcutâneo

Doenças das vias respiratórias:

Amigdalite aguda não especificada

Pneumonia por microorganismo não especificada

Insuficiência respiratória não classificada de outra parte

Infecção aguda das vias aéreas superiores não especificada

Influenza (gripe) com outras manifestações respiratórias, devida a vírus não identificado

Influenza (gripe) com outras manifestações respiratórias, devida a vírus não identificado

Infecção aguda das vias aéreas superiores não especificada + Sinusite aguda

Sinusite aguda

Insuficiência respiratória não classificada de outra parte

Ósteos musculares:

Dor lombar baixa

Deformidade(s) do(s) dedo(s) das mãos

Contusão do ombro e do braço

Traumatismos múltiplos não especificados

Dor lombar baixa + Ciática

Dorsalgia

Dorsalgia e transtornos dos tecidos moles relacionados com o uso, uso excessivo e pressão.

Entorse e distensão do(s) artelho(s)

Dorsalgia não especificada

Outra entesopatia do pé

Consultas diversas:

Pessoa que consulta para explicação de achados de exame

Consulta de pré natal

Consulta geral

Tratamento Odontológico:

Perda de dentes devida a acidente, extração ou a doenças periodontais localizadas

Outras doenças dos maxilares

Tto odontológico

Dentes inclusos e impactados

Transtornos mentais e comportamentais:

Transtorno depressivo recorrente

Transtornos de humor (afetivos) persistentes

Transtorno afetivo bipolar, episódio atual depressivo leve ou moderado

Transtorno misto ansioso e depressivo

outros transtornos ansiosos

Episódio depressivo moderado.

Olho, ouvido, nariz e garganta:

Presbiopia, popularmente conhecida como "vista cansada", é a anomalia da visão que ocorre com o envelhecimento da pessoa, ocasionando o enrijecimento do cristalino, ocorrendo por volta dos 40 anos de idade.

Labirintite

Desvio do septo nasal + Hipertrofia dos cornetos nasais

Tontura e instabilidade

Outras otites externas

Ceratose seborréica

Tratamento/reabilitação:

Fisioterapia

Varizes e trombozes:

Varizes dos membros inferiores

Outra embolia e trombose venosas

Varizes dos membros inferiores sem úlcera ou inflamação

Cabe ressaltar que alguns dos diagnósticos acima apresentados, apareceram por repetidas vezes, porém foi descrito apenas uma vez, para não tornar-se repetitivo.

Quadro 09. Distribuição das declarações de outros serviços segundo justificativas de faltas – professores – anos 2015 e primeiro semestre de 2016.

Justificativas para ausência	Quantidade de declaração	Dias de afastamento	de ½ dia de afastamento
PANAIC	11	06	07
Ciclo de palestras	12		12
PARFOR	08	07	01
Alfabetização e letramento na idade certa.	04		04
Hora atividade em outra escola	02		02
Distribuição de aula	01		01
Orientação LRC online	01		01
Semana pedagógica	02	02	
Semana de integração família-escola	01		01
Discussão do Plano Municipal de Educação	01	01	
Reunião pedagógica	02		02
Conselho de classe	02		02
Discussão da Base Nacional Comum	02		02
Curso de Educação Profissional em Curitiba	02	06	
Replanejamento	03	03	

Minha escola tem ação	02		02
Resolução 3373/2015	01	02	
Formação Sala de Recurso – Transtornos globais do desenvolvimento	02		02
Orientação OBMEP	01		01
Participação em seminário	01	03	
Participação em campanha de vacina	01	01	
Secretaria de saúde - medicamento	02		02
Reunião na escola do filho	01		01
Audiência	01		01
Total	66	31	44

Embora existam os documentos que justifiquem as faltas relacionadas aos problemas de saúde, existem outros, como as declarações, que justificam as ausências motivadas em atendimentos às exigências da própria mantenedora, como para participação em treinamentos, formações e outros eventos necessários à função desempenhada.

4. Considerações finais:

A falta ao trabalho é fato recorrente no ambiente escolar, isso para todos os cargos e funções, na realidade da escola estudada, bem como apresentado por pesquisadores de vários estados brasileiros, constituindo assim num dos maiores problemas para os gestores das escolas públicas, municipais e ou estaduais, já que não contam com a mesma flexibilidade que o gestor da rede privada de educação.

As causas do absenteísmo são variadas, multifatoriais, envolvendo aspectos relacionados ao próprio ambiente escolar, as especificidades da profissão, a problemas de saúde do profissional professor e de seus familiares, ainda em atendimento a necessidades impostas pela mantenedora em participação de treinamentos, formações entre outras.

O estudo identificou como principal causa de afastamento os problemas de saúde afetos aos transtornos mentais e comportamentais seguido dos ósteos musculares e gastrointestinais. O acompanhamento para tratamento de

saúde de familiar mostrou-se significativo, bem como as doenças neoplásicas, diretamente relacionadas ao aparelho fonético. As infecções das vias aéreas superiores contribuíram para o aumento das faltas como mostrado pelos autores estudados.

As implicações das aulas vagas e de todos os inconvenientes gerados pela falta do professor desestruturam todo qualquer serviço, influenciando negativamente na organização da escola, no desempenho escolar dos alunos e na atuação do trabalho pedagógico do pedagogo e demais funções, visto que os presentes na escola obrigam-se a garantir a efetividade do processo ensino-aprendizagem ao alunado.

Diferentes estratégias são utilizadas pelos gestores com vistas a minorar os problemas relacionados ao excessivo absenteísmo, faz necessário um trabalho conjunto e consciente do verdadeiro papel da escola e do professor no processo ensino-aprendizagem dos alunos que frequentam a escola pública que na maioria das vezes são os filhos da classe trabalhadora, com vistas ao cidadão que se pretende formar.

A produção de um banco de atividades, que denominei "*pasta salva vidas*" com materiais em consonância com o PTD do professor e disciplina a qual deverá ser avaliada e retomada com o professor titular quando retornar à escola. Um plano de substituição também poderá ser articulado pela equipe pedagógica, com assuntos significativos para o aluno, bem como o remanejamento das aulas quando a falta for comunicada com antecedência.

O estudo vislumbra novas possibilidades de estudo, em relação ao absenteísmo dos profissionais da escola, agentes I e agentes II visto que também apresentou alto índice de absenteísmo. Também a própria ausência do professor no sentido de identificar o que determina o alto índice de doenças psicoemocionais e comportamentais.

5. REFERÊNCIAS

CRUZ, André Luiz. Análise Diagnóstica Acerca da Falta de Professores em Salas de Aula da Região Administrativa de Ceilândia-DF, e de Seus Impactos Sobre o Planejamento de Pessoal. Brasília. 2015.

DIAS, Marília Sousa Andrade. Absenteísmo docente: manifestação do fenômeno na Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte (2009-2010) / Marília Sousa Andrade Dias. UFMG/FaE, 2012. 161 f.

PEREIRA, Lilian Alves, FELIPE, Delton Aparecido, FRANÇA, Fabiane Freire. Origem da Escola Pública Brasileira: a formação do novo homem. Disponível em:

http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada7/_GT3%20PDF/origem%20DA%20ESCOLA%20P%20DABLICA%20BRASILEIRA.pdf.

Revista HISTEDBR On-Line. Volume 12, N, 45e (2012). <http://ojs.fe.unicamp.br/gedQindex.php/histedbr/article/veiw/3469>. Acesso em: 05 mai. 2016.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1994.

GESQUI, Luiz Carlos. Organização da Escola. Absenteísmo Docente, Discente e Rendimento Escolar. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo. 2008. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000102&pid=S0104-4036201100010000900011&lng=pt. Acesso em: 05 mai. 2016.

GESQUI, Luiz Carlos. Absenteísmo Docente na Escola Pública Paulista: Usos e Abusos do Amparo Legal. Comunicações . Piracicaba. Ano 21. n. 2. p. 33-40 . jul.-dez. 2014. ISSN Impresso 0104-8481. ISSN Eletrônico 2238-121X DOI: <http://dx.doi.org/10.15600/2238-121X/comunicacoes.v21n2p33-40>.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2008.

NÓVOA, António. Do Mestre-Escola ao Professor do Ensino Primário: subsídios para a história da profissão docente em Portugal (séculos XV – XX). Análise Psicológica (1987), 3 (V): 413440. Disponível em: <http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/2200/1/19873413.pdf>. Acesso em: 05 maio 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS/WHO, 1946). Universidade de São Paulo. Biblioteca Virtual de Direitos Humanos. Disponível em:

<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/OMS-Organiza%C3%A7%C3%A3o-Mundial-da-Sa%C3%BAde/constituicao-da-organizacao-mundial-da-saude-omswho.html>. Acesso em 19.jul.2016.

PARANÁ, Governo do Estado. Secretaria da Administração e da Previdência. Lei 6174/70, publicada no Diário Oficial nº. 180 de 20 de novembro de 1970. Portal do Servidor. Lei 6174 de 16 de Novembro de 1970. Disponível em :

<http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=10297&indice=1&totalRegistros=1>. Acesso em 24 jul. 2016.

PARANÁ, Governo do Estado. Secretaria da Administração e da Previdência. Lei Complementar 37 - 27 de Outubro de 1987. Disponível em: <http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/exibirAto.do?action=iniciarProcesso&codAto=8313&codItemAto=76585><http://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=10297&indice=1&totalRegistros=1>. Acesso em: 24 jul. 2016.

PONTES, Ana Paula Furtado Soares, FIRMINO, Carlos Antônio Barbosa. Docência como profissão: condições de trabalho e precarização. Disponível em:

<http://www.anpae.org.br/simposio2011/cdrom2011/PDFs/trabalhosCompletos/comunicacoesRelatos/0049.pdf>. Acesso em 07 mai. 2016.

RATIER, Rodrigo; SALLA, Fernanda: Ser professor: uma escolha de poucos. Revista Nova Escola. Ed. 229, janeiro/fevereiro 2010. Disponível em: <http://revistaescola.abril.com.br/politicas-publicas/carreira/ser-professor-escolha-poucos-docencia-atratividade-carreira-vestibular-pedagogia-licenciatura-528911.sht>. Acesso em: 03 mai. 2016.

SA, Lucélia Cristina Brant Mariz. A Gestão Estratégica Frente ao Absenteísmo Docente: a realidade de duas escolas de Janaúba (MG). Juiz de Fora. 2014.

SILVA, João Carlos da. A Escola Pública no Brasil: Problematizando a Questão. Volume 15. n. 2. 2007. Publ. UEPG Ci. Hum., Ci. Soc. PL., Ling., Letras e Artes, Ponta Grossa, 15 (2) 25-32, dez. 2007. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/humanas/article/view/599/587>. Acesso em: 05 mai. 2016.

SILVA, Nilton Alves, PELOZATO, Cyro, COSTA, Adriano. O Absenteísmo do Professor da Rede Pública Municipal de Ensino, da área Urbana, da Cidade de Ariquemes em Função da Gripe Comum no Ano de 2011. Revista Fiar: Revista do Núcleo de Pesquisa e Extensão Ariquemes, v.2 n. 1, p. 85-108, 2013 ISSN 2317-1359 (on-line).

SOUZA, Daniela Laveli de. Professor Trabalho e Adoecimento: políticas educacionais, gestão do trabalho e saúde. Universidade Federal de São Carlos. Centro de Educação e Ciências Humanas. Curso de Licenciatura em Pedagogia. 2007.

TAVARES, Priscila Albuquerque, CAMELO, Rafael de Sousa, KASMIRSKI, Paula Reis. A falta faz falta? Um estudo sobre o absenteísmo dos professores da rede estadual paulista de ensino e seus efeitos sobre o desempenho escolar. Disponível em:

<http://www.anpec.org.br/encontro2009/inscricao.on/arquivos/000-c501f661ab69e4d7dd363fd19713be26.pdf>. Acesso em: 05 mai. 2016.

ZANARDI, Gabriel Seretti. Os professores e suas faltas: sinais da precarização da carreira docente. *InterMeio: revista do Programa de Pós-Graduação em Educação*, Campo Grande, MS, v.15, n.29, p.58-72, jan./jun. 2009.

ZAPONI, Margareth Costa, SILVA, Rejane Dias da. Absenteísmo Docente: uma análise diagnóstica da rede estadual de ensino de Pernambuco. Secretaria de Educação de Pernambuco. Disponível em: http://www.anpae.org.br/congressos_antigos/simposio2009/215b.pdf. Acesso em: 05 mai, 2016.